

CATÁSTROFES ANTRÓPICAS

UMA APROXIMAÇÃO INTEGRAL

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

LUCIANO LOURENÇO
FÁTMA VELEZ DE CASTRO
(COORDS.)

SOLUÇÕES HOLÍSTICAS PARA A NOVA CONFLITUALIDADE

HOLISTIC SOLUTIONS TO THE NEW CONFLICT

Nuno Lemos Pires

Coronel

Academia Militar, Portugal

nlemospires@gmail.com

ORCID: 0000-0002-1731-3930

Sumário: Ameaças e riscos têm se der analisados no seu conjunto. Raramente nos defrontamos com apenas uma ameaça ou um risco. Criminalidade organizada, terrorismo e Estados fragilizados podem ser influenciados por secas e movimentos de refugiados. Temos de estudar o problema de forma holística e, em consequência, de buscar soluções abrangentes, globais e holísticas. Apenas assim se podem entender os desafios do Século XXI, das ameaças e riscos ao planeamento e execução de soluções, através de uma ampla visão holística.

Palavras-chave: Holístico, Ameaças, Riscos, Políticas e Estratégias.

Abstract: Threats and Risks must be analyzed as a whole. It is not common to face just one threat or risk. Organized crime, terrorism and fragile States can be fuelled by heavy droughts or movement of refugees. We must study the problem in a comprehensive way and, as a consequence, to develop solutions that are global and holistic. There is only one way to face the XXIst Century challenges, from threats and risks to planning and execution of solutions, in a vast holistic vision.

Keywords: Holistic, Threats, Risks, Policies and Strategiese.

Introdução

Para se conseguirem soluções holísticas e, por consequência, a necessária unidade de esforços, é forçoso garantir a articulação, a coordenação e, desejavelmente, a convergência de todos os interventores num cenário de guerra ou de grave conflitualidade. Para se lá chegar, poderá ser necessário alterar a forma como se estruturam e pensam as diversas ações. Como se pensam políticas e estratégias antes, durante e após a guerra, se organizam e interagem as variadíssimas organizações envolvidas e, finalmente, se garantem uma permanente coerência e abrangência desde os mais elevados níveis e patamares da política até à ação estratégica, operacional e tática no terreno.

Vivemos num mundo globalizado, sem barreiras físicas, sem barreiras de comunicação, interligado e complementar. O que ocorre num determinado momento ou local pode ter consequências noutros completamente distintos e, além do espaço temos o ciberespaço. O que nos rodeia, o que nos ameaça e nos coloca em risco já não pode ser visto e analisado separadamente. Na maior parte dos casos, as ameaças convergem e os riscos exponenciam fenómenos de conflitualidade, que podem ser a origem como podem ser a consequência mas, garantidamente, são aumentados e agravados pelos seus efeitos, em cascata, em sobreposição, em complemento.

Vamos iniciar este pequeno texto por uma análise holística dos principais riscos e ameaças que caracterizam o século XXI. Não iremos esquecer as ameaças e riscos intemporais e históricos mas escolhemos, por uma questão de síntese, dar maior destaque às grandes novidades estratégicas deste século. Vamos abordar os efeitos de algumas das ameaças e riscos, que claramente têm, hoje e no futuro, uma importância muito maior e de carácter bastante distinto, dos estudos tradicionais e clássicos sobre as ameaças e riscos das guerras e conflitos dos séculos passados.

Depois, e em consequência da leitura holística sobre as novas ameaças e riscos procuraremos dar uma breve panorâmica sobre as necessárias respostas, obviamente holísticas, que o mundo que visualizamos pode permitir e aconselhar.

Do caráter holístico das ameaças e riscos

O que nos ameaça? Poderemos alguma vez viver em paz ou estaremos condenados, pelo menos nas próximas décadas, a um estado de *guerra permanente*? Fala-se de guerras híbridas, novas guerras, de quarta geração, ou simplesmente, complexas, pelos contornos cada vez menos estanques que existem na ação e na operacionalização dos meios mas, devemos lembrar, que as ameaças e riscos que as provocam também estão, cada vez mais, compostas e complementares. Não há ameaças e riscos isolados, há ameaças, há riscos e, quando analisados no seu conjunto precisam de respostas, também elas, complementares, abrangentes, muito para além da simples utilização de um dos instrumentos dos Estados, como o militar, o económico ou o diplomático.

Perante Guerras e Conflitos complexos, que se desenvolvem em várias dimensões, combinando ações convencionais e irregulares, manobras psicológicas e cibernéticas, ações diretas contra alvos militares ou encobertos por atos terroristas, apõem-se respostas holísticas que juntam todas as dimensões ao dispor de um Estado ou de uma Aliança. Hoje, e previsivelmente num futuro próximo, precisamos de analisar ameaças, riscos, conflitos, guerras e respostas sempre por um prisma holístico, abrangente, transversal e complementar. Não seremos exaustivos nesta análise¹, mas escolhemos destacar, entre as ameaças e riscos mais relevantes, os que mais diretamente se associam a visões complexas no seu emprego ou na possível resposta.

Primeiro, e como enformadores de todos os restantes fatores, temos as grandes novidades estratégicas do século XXI, ou seja, ameaças atuais que não têm uma dimensão comparável em outros períodos da história. São, os que denomino de, fatores potenciadores e disruptivos, que incluem ameaças e riscos, tanto tangíveis como intangíveis, assentes em quatro grandes áreas: da dispersão e decadência do poder, de uma afirmada crise nos valores, das inevitáveis alterações climáticas e da crescente e concentrada demografia.

¹ Uma análise completa pode ser encontrada Lemos Pires (c) e (b) – Ver bibliografia.

Atualmente, num mundo marcado por uma crescente dispersão e decadência do poder², aparecem mais frequentemente zonas de caos, de anarquia, áreas sem poder formal como o hiperespaço e o ciberespaço. Por serem espaços sem limitação física, muito voláteis e amplos, não têm, paradoxalmente, neste mundo de mudanças rápidas, a correspondente resposta coerente, coordenada e concentrada. Entre governos, empresários e lideranças várias, com nascimentos e desaparecimentos bruscos de empresas, de organizações, de partidos e de movimentos, além de mudanças gigantescas de capital, de recursos e de sedes de poder, gera-se um sentimento de anarquia que não permite um enquadramento efetivo ou uma continuidade estratégica de controlo, supervisão e sentido político prospetivo.

Assim, num mundo global, marcado por uma manifesta impotência generalizada da humanidade em encontrar soluções globais para problemas gerais crescem, em vastas regiões do mesmo, a demagogia, as ideologias e religiões radicais, que todam e afetam uma possível decisão racional, sustentada e consequente. Aos diferentes conceitos de cidadania e de soberania que existem neste mundo multifacetado e multicultural, ao impacto social que incide sobre os variados modelos políticos de organização de Estados e da incapacidade de tomar decisões com efeitos a médio e longo prazo, crescem assim as desconfianças e as atitudes de arrogância entre os que se julgam no poder de saber o que é melhor para a governação de outros, sem olhar à história, à realidade geopolítica, às tradições culturais de cada povo e região.

Não é por isso nenhuma surpresa entendermos, ainda que empiricamente, que vivemos, dentro de uma forte crise de valores, enformadas num quadro de crescente desigualdade e desequilíbrios, numa humanidade em que 62 pessoas têm tanta riqueza acumulada como a metade mais pobre do planeta, ou seja, de cerca de 3,8 mil milhões de pessoas³. São quadros sociais de profundas desigualdades, mesmo que em números absolutos a pobreza pareça estar a diminuir⁴, onde se fomentam

² Ver livro de Moisés Naím (2014) sobre a decadência do poder – bibliografia.

³ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn (consultado em 02 de outubro de 2016).

⁴ <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2015/10/04/world-bank-forecasts-global-poverty-to-fall-below-10-for-first-time-major-hurdles-remain-in-goal-to-end-poverty-by-2030> (consultado em 02 de outubro de 2016).

quadros de anomia social, de isolamento humano, de profunda solidão, de desocupação forçada provocado pelos crescentes números do desemprego, da precariedade do mesmo ou por falta, simplesmente, de condições de vida dignas que, devido às tensões sociais, se veem agravadas por mais demonstrações de xenofobia e racismo. Sem ainda entendermos completamente os seus efeitos, ainda temos para este mesmo quadro, os constantes e enormes avanços científicos e tecnológicos que provocam, a par de uma possível diminuição de empregos, uma vertiginosa necessidade de gestão imediata do tempo disponível que não permite, na maioria dos casos, nem uma madura reflexão sobre os efeitos sociais em curso, nem sequer uma decisão coerente sobre medidas estruturantes.

Depois temos as crescentes ameaças climáticas e ambientais somadas a um fortíssimo desequilíbrio demográfico que, num brevíssimo espaço de tempo, nos levou de uma população de cerca de 1,6 mil milhões de habitantes do princípio do século XX para uns previsíveis 10 mil milhões em 2053⁵. Vivemos num planeta doente, onde se registam temperaturas ambiente mais elevadas, um aumento no nível das águas do mar, períodos de secas terríveis mais prolongadas e com menores intervalos que, entre outras consequências, afetam o acesso à água doce, fundamental para a vida. Temos os refugiados do clima, que pela primeira vez na história, ultrapassaram os milhões dos refugiados da guerra. Naturalmente que fugindo de áreas sem condições vão sobrelotar outras onde as populações, também em crescimento exponencial, se juntam e competem pelos mesmos e mais escassos recursos. Agravado com o quadro de desigualdade referido acima, sabemos que há uma minoria de habitantes que moram onde abundam recursos e que há milhares de milhões a viver em zonas onde tudo falta. Assim, quando analisamos a demografia e as alterações climáticas, de uma forma composta ou híbrida, constatamos que assistimos, de modo crescente, a um planeta mais fraturado (as marcas humanas já levaram mesmo os geólogos a classificarem uma nova era denominada de antropoceno⁶, ou seja, uma alteração planetária causada pela ação do Homem), com muito mais pessoas, que consomem

⁵ <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/em-2050-portugal-devera-ter-menos-12-milhoes-de-habitantes-1742347> (consultado em 02 de outubro de 2016).

⁶ http://economico.sapo.pt/noticias/planeta-terra-tera-entrado-numa-nova-era-o-antropoceno_256299.html (consultado em 03 de outubro de 2016).

muitíssimos mais recursos e que se distribuem de forma profundamente desigual pelo planeta. Onde abundam recursos rareiam as pessoas necessitadas e, onde se registam os maiores efeitos das alterações climáticas, como as secas e a ausência de água potável, é onde faltam mais recursos, onde a tendência de crescimento demográfico e de forte desagregação social é maior, onde surgem mais e mais Estados frágeis e, como se uma doença crónica se tratasse, persistem climas de guerras civis.

Estes, sobredimensionados, fatores potenciadores e disruptivos, quando associados às tradicionais ameaças e riscos, que infelizmente, se apresentam como perenes, como as guerras clássicas, ou irregulares, ou civis, ou nucleares ou não convencionais, com o terrorismo internacional, a criminalidade organizada, os Estados fragilizados, as pandemias ou os desastres naturais, geram a grande novidade, híbrida, do século XXI. Dificilmente nos confrontaremos, como nos séculos passados, com apenas algumas destas ameaças ou riscos de forma isolada. A globalização e a fragilidade do planeta em que vivemos obrigam-nos a entender, sempre e daqui para a frente, na soma de uma ou mais destas ameaças e riscos.

Encontramos assim um ambiente híbrido sempre que juntamos “dois elementos diferentes” e, dificilmente, poderemos prever neste século um ambiente estratégico internacional em que, os fatores que originam guerras e conflitos, não tenham, pelo menos, dois ou mais elementos diferentes entre as várias ameaças e riscos, entre ameaças convencionais e terroristas, exacerbados por uma demografia crescente e desigual sobre um planeta doente e sobre explorado. As ameaças e riscos podem não ser híbridas na sua tendência mas serão, garantidamente, compostas nas suas múltiplas dimensões. Com este enquadramento sobre ameaças e riscos poderemos então passar à análise dos efeitos que podem, ou não, estar na origem de possíveis conflitos ou guerras.

Das soluções holísticas para uma conflitualidade perene

Para não recuarmos muito na história, basta recordar que no início do Século XX, já se sentia, de forma nítida, a expressão do que atualmente se entende por ameaças e soluções holísticas para enfrentar situações complexas. Durante a Grande

Guerra (1914-1918), em especial no Médio Oriente, manifestou-se e foi evidente esta tendência de usar, lado a lado, ações diretas e indiretas, com militares e com múltiplos outros agentes. Como podemos ver no célebre filme “Laurence da Arábia”, a ação militar direta misturava-se com atentados terroristas, com infiltrados na retaguarda, com apoios diretos e indiretos, com a política misturada com ação operacional, num terreno sem frentes e sem linhas de combate. Principalmente, tornava-se evidente, que cada um dos supostos aliados, tinham objetivos muito diferenciados para uma aparente causa comum: derrotar o Império Otomano. Mas como se viu, os combatentes árabes, os franceses e os ingleses, combatiam com motivações muito diferentes e esperavam resultados muito distintos da sua luta contra o Império Otomano.

Nos grandes e pequenos conflitos seguintes, esta forma de perceber ameaças e adversários, aliados e combatentes, foi-se reforçando. De forma mais nítida ainda, e durante o período denominado de Guerra Fria, esta tendência ficou reforçada nas múltiplas formas de combater em muitas das guerras das descolonizações. As ameaças apareciam de múltiplas formas, em pequenas frentes de guerra distantes ou dentro das grandes cidades, com o uso de força direta e com ataques aos interesses recuados das grandes potências. Naturalmente que, as ameaças híbridas e complexas, as repostas também caminharam nesse sentido. A guerra não era combatida por militares, passou a ser, também, combatida por militares. A palavra de ordem, para os vários adversários de uma determinada causa, deixou de ser a simples conquista de terreno ou do adversário, e passou, mais do que nunca, a ser pela “conquista das populações”. As ameaças, eram agora, percebidas de forma muito distinta por quem combatia na frente de guerra, por quem vivia nos territórios afetados e, ainda, por quem apoiava (ou não) o esforço de guerra em terras distantes. Importa detalhar estes três pontos.

Durante as inúmeras guerras de independência, das descolonizações, subversivas (com muitas outras denominações conforme o ponto que se queira evidenciar) havia necessidades diferentes para diferentes tipos de populações. Para os que estavam na linha da frente, os grupos de guerrilheiros ou os soldados governamentais (essencialmente), havia um esforço muito grande pela motivação dos mesmos. Não para a guerra em si, mas para que orientassem o seu esforço para ajudar as popu-

lações, mais do que em combater diretamente o adversário. Ao contrário do que haviam treinado, para efetivamente e apenas combater, pedia-se, muitas das vezes, a soldados e guerrilheiros, que trocassem a espingarda pela enxada, a metralhadora pelo livro de ensino nas escolas, a optarem pela conversa e diálogo em vez da confrontação direta. Nuns casos foi possível, noutros não, mas o patamar do planeamento, preparação e atuação holística de múltiplos agentes, militares e civis, estava definitivamente lançado⁷.

Em segundo lugar ou, dito de outra forma, fundamentalmente, procurava-se o apoio das populações nas regiões em disputa. De uma simples ação armada assistimos a um crescimento de ações em apoio ao desenvolvimento e bem-estar das populações. Para lá da segurança, ambos os adversários queriam mostrar que estavam preocupados com o desenvolvimento futuro, com a estabilidade e a alternativa a modelos de governação. A população era cooptada para colaborar na segurança, para empreender ações conjuntas de desenvolvimento local, era “convidada” a participar em diálogos e ações, a ser a face de ações mediáticas de propaganda por ambos os lados, era a principal vítima e o principal beneficiário. Se escolhesse um dos lados, ajudaria provavelmente na disseminação de informações e, por vezes, mesmo, no combate direto.

Tudo isto exigia técnicas de integração social, manobras psicológicas para atrair e manter as populações na esfera de ação respetiva, projetos de engenharia sustentáveis para mostrar desenvolvimento. Embora feito essencialmente pelos militares e pelos guerrilheiros que se lhes opunham, passou a haver uma presença crescente de inúmeros agentes de diversas áreas, essenciais a esta política: professores, administradores, engenheiros, arquitetos, médicos, agrónomos, políticos, em suma, de todas as áreas da governação. No fundo era isso que se pretendia, mostrar perante as populações, quem melhor garantia a segurança, a prosperidade e o bem-estar.

Por último, mas não quer dizer que fosse a última das preocupações, era preciso manter as populações, distantes e recuadas, a garantir o apoio no gasto gigantesco de recursos humanos, materiais e financeiros. Os sucessos militares obtidos no Vietname não foram suficientes para convencer uma população, cada vez mais descrente

⁷ Ver Lemos-Pires, 2014, capítulo III – Spínola e a Guiné Bissau.

nos EUA, sobre o esforço feito nesse território. O mesmo aconteceu com os Russos no Afeganistão e também em muitas das antigas potências coloniais sobre as guerras nas colónias e territórios distantes. A guerra tinha mudado consideravelmente, era preciso convencer, permanentemente, as populações de onde provinha o esforço, da necessidade, da proporcionalidade e da vantagem dos sacrifícios pedidos. O tempo das ações militares deixou de ser o tempo dos apoios políticos para sustentar as operações militares. O tempo para garantir estabilidades futuras não se compaginava com a necessidade *gritada* pelas populações de fazer regressar os seus soldados mal o conflito desse indício de resolução. O tempo mediático e da política de resultados prontos substituiu as grandes estratégias plurianuais e geracionais⁸.

Assim entramos no século XXI com a necessidade de termos verdadeiros soldados híbridos para, não apenas fazer a guerra, mas também para, simultaneamente, compreender as ameaças compostas em que se encontraram, a par de se prepararem para construir paz⁹, apurar diplomacias e colaborar no desenvolvimento. Soldados, e também muitos outros agentes dos Estados e de Organizações não-governamentais, aptos a entenderem as complexas relações dos conflitos futuros. Atualmente exigem-se soldados e agentes que dominem o mundo digital, a complexidade do uso do espaço e do ciberespaço¹⁰, alicerçados em fundamentos culturais sólidos. Só assim poderão ser a garantia de se poder fazer e perceber guerras e conflitos complexos.

Da necessidade de um efetivo comando holístico na guerra e nos conflitos

Há vários anos que temos vindo a defender a necessidade de novos conceitos, como o das *Guerras do Caos ou do Comando Holístico na Guerra*¹¹. Estes conceitos, como os da *Guerra Híbrida*, de *Quarta Geração*, de *Novas Guerras*, e outros simila-

⁸ Ver Lemos Pires, 2014: capítulo IV - Petraeus, Iraque e Afeganistão.

⁹ Sobre a forma ver: Fontes, 2008.

¹⁰ Ver Viegas Nunes, 2015.

¹¹ Ver bibliografia.

res, são a demonstração de uma tendência em que a afirmação da conflitualidade se fará, atualmente e no futuro, simultaneamente, em mais do que uma dimensão, direção ou ação. Na nossa *Teoria Sobre o Comando Holístico da Guerra*, baseámo-la em quatro dimensões de análise que, apenas quando são abordadas na sua plenitude, garantem a exequibilidade de uma verdadeira estratégia¹² na resolução de conflitos¹³. Vamos detalhar um pouco.

Na primeira dimensão analisa-se a questão das relações entre forças militares e paramilitares, entre as variadas tipologias de forças militares e destas com as forças paramilitares e de segurança. Não pode haver comando holístico na guerra se não existirem mecanismos de efetiva coordenação entre todas as forças militares presentes no terreno. Os modelos podem ser diversos mas devem ser estabelecidas relações formais que permitam, de uma só autoridade, emanem as grandes decisões estratégicas e operacionais e, assim, se garanta a coerência das diversas ações no terreno. Podem existir várias formas de integrar as diversas forças num determinado teatro de operações, desde a integração completa de forças de um país na estrutura de outro, passando pela criação de um exército aliado com uma estrutura integrada. Além de forças militares regulares podem existir outros tipos de forças, que não sendo parte da estrutura de exércitos permanentes, podem estar presentes em determinados territórios.

Para haver integração da ação estratégica e operacional entre todas as forças possíveis num determinado teatro de operações é assim fundamental identificar à partida: (1) quem participa, que capacidades, especificidades e restrições existem; (2) em que grau de autoridade são entregues ao comandante superior nomeado; (3) se os sistemas e estruturas de comando e controlo já existentes, como por exemplo da NATO, podem ser usados e aplicados para o exercício do efetivo comando.

É também necessário assegurar que todas as ações no terreno obedecem à estratégia geral determinada e que contribuem para os objetivos comuns. Não será necessário criar uma autoridade rígida e com vínculos de subordinação permanentes mas tem de ser assegurado que todas as forças presentes, independentemente da

¹² Sobre Estratégia ver Dias & Sequeira, 2015.

¹³ Ver Lemos Pires, 2014: Capítulo I – Teoria Geral do Comando Holístico da Guerra

sua proveniência (países) ou capacidades (milícias, voluntários, etc.), efetivamente assumem os compromissos em termos de missões e que as ações são executadas dentro do plano geral de uma determinada campanha.

Em segundo lugar temos as relações entre instituições civis e militares, entre forças de diversas proveniências e países, governamentais e não-governamentais, internacionais e nacionais. Não podemos falar, de forma geral, de subordinação, dependência ou obediência entre instituições militares e civis. Mas sabemos como é relevante garantir uma direção e ação coordenada entre todas as instituições presentes.

Se não é possível a unidade de comando, terá de ser assegurada a unidade de esforços e não bastará procurar a unidade, haverá que a garantir. Mesmo que não se criem relações de dependência direta entre os vários decisores têm de ser criados mecanismos de coordenação que garantam esta unidade. Será o difícil equilíbrio entre a desejável procura de coordenação e a garantia que efetivamente a mesma seja possível, idealmente sem ter que ser imposta. Onde e quando for necessário, devem ser tentados mecanismos de cooperação para assegurar uma execução de políticas e estratégia abrangentes. Se a coordenação for conseguida através dos esforços conjugados de todos, de forma voluntária, encontrar-se-á a solução ótima. Mas se alguma das partes não quiser colaborar, devem existir mecanismos para assegurar que efetivamente a colaboração se verifique ou, no mínimo, que a sua ação não se torne contraproducente em face de todas as outras executadas pelas restantes organizações, civis ou militares, governamentais ou privadas.

Este mecanismo não se reveste de uma forma única e universal a aplicar a todas as situações. Deverá ser adaptado a cada situação em concreto. Mas tem de existir. Sem um determinado mecanismo que assegure o comando holístico em situações de guerra, poderão existir situações em que as ações de uns comprometam as de outros, ou em que mesmo, por falta de coordenação, anulem e agravem as circunstâncias em que outros atuam.

Numa terceira dimensão de análise, nas relações entre níveis de autoridade, entre os governos e os comandantes operacionais no terreno que são os executores das estratégias e entre os responsáveis civis e militares que coexistem num mesmo teatro de guerra e a sua relação com os respetivos países de origem. Entre a coerência da política decidida e a estratégia determinada, a sua evolução / alteração, as devidas

consequências operacionais e da relação com as doutrinas usadas nesse mesmo contexto. É fundamental um ambiente de coordenação, dentro e fora de cada país, para assegurar a harmonia e coerência da decisão e ação, quer política, quer estratégica, quer de outras áreas convergentes como a economia ou a justiça, para resolver uma determinada situação de conflitualidade. Desde o patamar da autoridade entre a política e a estratégia nacional, passando pelas questões associadas ao ambiente internacional multinacional (coligações) até ao patamar das organizações internacionais (organizações e alianças). Naturalmente, até porque não faria sentido estratégico, começando pela questão da definição dos fins definidos pela política para a guerra e de como a sua evolução (alteração) se projetam na estratégia, nas operações, nas opções táticas e doutrinas prosseguidas no terreno.

Por último, numa quarta dimensão de análise, a temporal, numa visão abrangente que inclui o antes, o durante e o pós-guerra. Só pode haver comando holístico na guerra e para os conflitos, se esta for abordada sem limites temporais. Não há soluções para o antes, para o durante e para o depois da guerra. Holístico significa pensar em todo o período temporal como um todo, ante-bellum, in-bello et post-bellum. Também não devem existir divisões temporais em cada um dos três momentos descritos. Mesmo no “*in-bello*”, durante a guerra, deve ser combatida a tendência para “fasear” ou seja, criar fases temporais, a que correspondem momentos duma campanha ou mudanças de responsabilidade entre, por exemplo, entidades civis e militares. Uma visão holística da guerra também evita que se dividam ações por fases baseadas em condições como, por exemplo, primeiro estabilizar e depois desenvolver, ou reparar primeiro e depois construir.

Conclusões

As vertiginosas mudanças sociais, políticas, ambientais e estratégicas nos tempos que se avizinham deixam pouco espaço para atuações simplificadas de confrontos dialéticos entre dois oponentes. Tudo é mais complexo e, provavelmente, raramente se assistirá a um confronto entre apenas dois atores. Os atores, em si, também ten-

dem a ser, cada vez mais, muitos, dispersos e de tipologia variada, tanto os Estatais como os não-Estatais. As ameaças e riscos, exponenciadas por fatores potenciadores e disruptivos, implicarão novas abordagens na aplicação da força, em múltiplas dimensões, com formas cinéticas e não cinéticas, assentes em estratégias diretas e indiretas. Em suma, em face de hipóteses holísticas na causa dos conflitos, crescem também respostas holísticas, incluído a guerra, na aplicação da força.

Não há ameaças e riscos isolados tal como não há manifestações de guerra apenas numa determinada direção ou dimensão. Nem os Soldados são hoje simples máquinas de combater nem os conflitos se resolvem apenas com soluções militares.

Hoje e no futuro teremos guerras e conflitos, que se podem classificar de múltiplas maneiras, garantidamente motivadas por ameaça compostas, complexas e sobrepostas, que combatidas por soldados e cidadãos, que são também eles, um produto holístico da dimensão digital, neste mundo sem fronteiras fixas e, de dimensão multicultural, multifacetado e distintivo.

Referências bibliográficas

- Dias, C. e Sequeira, J. (2015). *Estratégia. Fundamentos Teóricos*. Tomo I. Lisboa: Letras Itinerantes.
- Fontes, J. (2008), O Direito de Ingerência e as Visões Agostiniana, Tomista e Moriana da intervenção justa: uma nova abordagem politológica, *Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, n.º 34, Lisboa, 125-145.
- Lemos Pires, N. (2013). *Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação (1973-2013)*, com António José Telo, Lisboa, Tribuna da História.
- Lemos Pires, N. (2014). *Wellington, Spínola e Petraeus: O Comando Holístico da Guerra*, Lisboa, Nexo Literário.
- Lemos Pires, N. (2016a). *Resposta ao Jihadismo Radical*, Nexo, Lisboa.
- Lemos Pires, N. (2016b). Do Terrorismo Transnacional ao Choque de valores, *Revista Nação e Defesa* n.º 143, Lisboa, 79-87.
- Lemos Pires, N. (2016c). Das Ameaças e Riscos Intangíveis aos Estados Frágeis e às Guerras Civas, no livro *Ameaças e Riscos Transnacionais no novo Mundo Global*, Porto, Fronteira do Caos, 153-174.
- Naím, M. (2014). *O Fim do Poder: Dos Conselhos de Administração aos Campos de Batalha, às Igrejas e aos Estados. Porque ter poder já não é o que era*, Lisboa, Gradiva.
- Nunes, V. (2015). *Sociedade em Rede, Ciberespaço e Guerra de Informação: Contributos Para o Enquadramento e Construção de uma Estratégia Nacional da Informação*, n.º 34 IDN, Lisboa, Atena. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1331&cod=34>

Considerações finais (ao capítulo sobre riscos associados a conflitos bélicos)

Neste capítulo abordam-se, em várias perspectivas, os riscos associados a conflitos bélicos. Não se esgotam, no entanto, as análises que uma problemática desta dimensão e complexidade pode permitir. Aqui foram afluadas questões como as dos eventuais riscos jurídicos que podem surgir com a emergência de *novos* conceitos, as das guerras e conflitos de natureza irregular, terrorismo e radicalismos, as da guerra nuclear, biológica, química e radiológica, as das guerras cibernéticas e, ainda, as das guerras em sociedades anárquicas.

Algumas das reflexões efetuadas são *contingentes*, porque a realidade, permanentemente em mudança e adaptação, vai *moldando* novos conceitos que a enformam.

Qualquer abordagem científica, e esta pela natureza da temática, está sempre sujeita ao exame crítico, mas sobretudo submetida ao sistema de autocorreção característico dos sistemas científicos, sabendo que muitas das considerações e conclusões firmadas são sobretudo *transitoriamente definitivas*.